

ÁUDIO-DESCRIÇÃO DA CAPA: “NÃO É POR CENTAVOS, É POR DIREITOS”

Rosângela A. Ferreira Lima¹

Francisco J. Lima²

Com áudio-descrição de Rosângela Lima e consultoria de áudio-descrição de Francisco Lima, o 15º volume da Revista Brasileira de Tradução Visual traz, na capa, o registro do momento histórico em que vive o Brasil neste junho de 2013.



Áudio-descrição da imagem³:

Em branco, sobre um retângulo preto, “R\$0 20”. Abaixo do vinte centavos, em branco: “não é por centavos. É por direitos.”

¹ Professora Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Áudio-descritora (raflim@ig.com.br)

² Professor Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Idealizador e Formador do Curso de Tradução Visual com ênfase em Áudio-descrição “Imagens que Falam”, consultor em áudio-descrição, e-mail - limafj.br@gmail.com

³ Imagem retirada de <https://www.facebook.com/MovimentoPasseLivreSaoPaulo>

Do centro, entre o zero e onde seria a vírgula do vinte centavos, escorre uma mancha vermelho- sangue.

“Não É Por Centavos. É Por Direitos”

Emanando do povo, manifestações contra a impunidade contra a corrupção, e em favor da melhoria da qualidade de ensino, da prestação dos serviços de saúde, de transporte e outros, tomaram as ruas numa mostra nacional da indignação dos cidadãos brasileiros.

“Não é por centavos, é por direitos” resume, em branco no preto, que a população brasileira requer de seus dirigentes a garantia e o respeito dos direitos que aos cidadãos são devidos.

A RBTV, enquanto uma revista voltada aos temas inclusivos, não poderia deixar de registrar este momento e partilhar com os cidadãos brasileiros de sua luta, de sua indignação, de seu objetivo por uma sociedade de **direitos para todos**.

Assim, ao trazermos a descrição da capa, trazemos também as reflexões provocadas por esse momento de manifestações, e pela falta de plena acessibilidade às informações que fluem daquelas manifestações por meio de faixas e cartazes, carregados pelos manifestantes, e/ou disponibilizados nas redes sociais, como é o caso da imagem áudio-descrita.

Outrossim, trazemos uma versão do texto, originalmente publicado por no Blog de Francisco Lima (<http://www.lerparaver.com/lpv/audio-descricao-ruas-cada-centavo-que-tirarem-saude>) , sob o título de “Áudio-descrição das Ruas: “Para Cada Centavo Que Tirarem da Saúde, Segurança e Educação, Nas Ruas seremos 1 Milhão!”⁴

(...) Tenho dito que o estudo das diretrizes da áudio-descrição ensina aos tradutores visuais a ver aquilo que, embora enxergando, eles não veem, porque não aprenderam a observar (Lima, 2011). E tenho dito aos clientes da áudio-descrição que ao receberem-na com uma tradução visual de qualidade e empoderativa, descobrirão o quanto não enxergam, mesmo quando têm baixa visão (Lima e Lima, 2012).

⁴ Extraído de meu Blog em: <http://www.lerparaver.com/lpv/audio-descricao-ruas-cada-centavo-que-tirarem-saude> e disponível na sobre direito inclusivo em: <http://direitoparatodos.associadosainclusao.com.br>

Isso significa entender que há muita coisa importante em um evento visual que fica fora do conhecimento da pessoa com deficiência visual, exatamente porque ela não recebeu a áudio-descrição do evento.

Muitas pessoas cegas, acostumadas a compreender o mundo visual por meio dos recursos cognitivos e sensoriais, distintos do sentido da visão, não se dão conta de que existe uma enormidade de situações visuais, as quais facilitariam o entendimento, ampliariam esse entendimento ou eliminaria dúvidas ou ambiguidade na compreensão desse mundo intangível.

É nesse sentido que a áudio-descrição entra, traduzindo os eventos visuais em palavras e é por isso que áudio-descrição é mais do que uma descrição falada de uma imagem, de um filme ou peça teatral. Áudio-descrição é a tradução visual dos eventos visuais, é a tradução que envolve as relações semânticas dos elementos, as relações espaciais, temporais e cognitivas deles (Lima et al, 2009; Seemann et al, 2013).

Áudio-descrição é empoderativa, logo não é explicativa, paternalista ou condescendente. Áudio-descrição não subestima a capacidade do usuário em compreender o evento visual (filme, escultura, fotografia ou a descrição da arquitetura de um espaço etc. (ver Diretrizes para áudio-descrição, em <http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br>).

Logo, o áudio-descritor não censura o que vê, não editorializa o que vê, não altera o que vê, inferindo sobre o que vê, ou descrevendo o que não vê, nem subestima o contexto do que é visto e as pessoas para quem o que é visto está sendo traduzido.

A áudio-descrição é uma área do conhecimento elaborada a partir da academia, com a participação da pessoa com deficiência, com a audição da pessoa com deficiência, não meramente porque ela era pessoa com deficiência, mas porque ela tinha o conhecimento para orientar o processo tradutório. (Lima e Lima, 2012)

Áudio-descrição, portanto, não é a somatória de áudio da narração que alguém faz, com a descrição que sempre se fez e faz de algo. Áudio-descrição é uma tradução visual, em que a leitura semiótica é aplicada para o empoderamento da pessoa com deficiência, em particular, para a pessoa com deficiência visual, pessoas cegas ou com baixa visão (Seemann et al, 2012, Lima et al, 2009 e Lima et al, 2009).

Sim, as pessoas com baixa visão também se beneficiam da áudio-descrição, uma vez que, nem sempre estão enxergando o que pensam estar, uma vez que mudanças de iluminação, distância e outras variáveis podem interferir na capacidade visual dessas pessoas.

Não mais me alongando na apresentação das diretrizes da áudio-descrição, reflito agora, para depois amarrar com o que foi apresentado, sobre o que tem ocorrido no Brasil neste mês de junho de 2013. Refiro-me aos manifestos por um País com melhor educação, segurança, transporte e saúde com qualidade para todos.

Refiro-me às manifestações que exprimem o descontentamento da população, e meu também, contra os bilhões de dólares gastos com estádios que só servem aos bolsos de empresários e os centavos aplicados na educação de nosso povo, na saúde de nossa população e na segurança de nós cidadãos brasileiros.

Os manifestos populares são contra a tentativa de limitar órgãos legítimos da investigação da corrupção e dos corruptores, da investigação e punição dos políticos que lapidam o dinheiro público, que destroem a cultura e educação brasileira, tirando dinheiro delas para aplicarem em elefantes brancos e que investigam e buscam a punição de organismos governamentais e não-governamentais, os quais fazem uso dos recursos financeiros e físicos do Brasil, vendendo o País aos interesses comerciais de alguns, como o da Fifa, que até na lei interna do país interferiu, descriminalizando a venda de bebida alcoólica nos estádios, o que é crime pela legislação brasileira.

E essa mudança na legislação para acolher o poder econômico de alguns empresários e políticos corruptos só foi possível pelo favorecimento daqueles que votaram a aprovação da mudança da lei para conformar os interesses daqueles que não vivem no País, mesmo quando aqui moram.

É dito que o Brasil é País do futebol. Mas, o que não é dito é que o Brasil, antes de mais nada, é País dos Brasileiros, inclusive daqueles que moram fora daqui.

Quarentões e cinquentões do jornalismo, das TVs, dos meios de comunicação e seus filhotes, desantenados com os conceitos de inclusão social, têm tentado avaliar as manifestações da população brasileira sob a ótica do passado, da guerra fria, do “marxismo” que serviu aos seus pais e, talvez, a nem estes, juntando-se a muitos políticos e partidos que são células ultrapassadas e manipuladoras de massa.

Deram-se todos mal!

O movimento social atual é um reflexo do sentimento de inclusão que anseia transformação social, para acolher, respeitar e defender direitos de todos, e de cada um, de ter saúde, educação, segurança, cultura e demais

direitos humanos, previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos⁵, de 1948, e em nossa Constituição, com igualdade de condições e de oportunidades para todos.

Grande parte da mídia brasileira está tentando, junto com governadores e outros políticos e partidos, desantennados com os verdadeiros movimentos populares (não as massas que eles costumavam conduzir), identificar um líder, um grupo com quem falar para “negociar” as reivindicações. Não vão achar esses líderes! E se acharem, provavelmente não serão líderes do movimento que emana dos Brasileiros para o Brasil.

E isso é facilmente compreendido, se os governantes desta continental Nação perceber que não se aceita negociar a falta de recursos para a educação, para a saúde e segurança dos brasileiros; se perceber que não há negociação para a falta de moradia, de transporte e de cultura para os cidadãos brasileiros.

O Brasil não aceita negociar o que lhe é de direito Constitucional e os governantes vêm, anos após anos, denegado esses direitos, seus partidos e mídia, sendo partícipes nessa negativa de direitos e anseios. O Brasil exige e os governantes devem cumprir!

Negociar significaria aceitar menos do que é de direito e isso a população brasileira não mais aceita.

O Pelé disse, em entrevista, que os brasileiros deveriam esquecer as manifestações e aplaudir a seleção, num exemplo do que digo aqui: esses ultrapassados personagens de um Brasil pré-noventa não rejuvenesceram com o país. Não progrediram com os Brasileiros, não transformaram a ordem de quem obedece para a ordem de que não somos mais sós por uma sociedade inclusiva: somos todos, uns com os outros, não meramente uns juntos de outros.

Os jovens brasileiros, e os mais velhos que rejuvenesceram com o Brasil, entendem isso e entendem que não mais seremos diplomatas com o desrespeito aos direitos humanos dos brasileiros, isso entendido que não mais seremos vacas de presépio, não mais seremos massa de manobra, não mais aceitamos partidos, sindicatos ou grupos que infiltrem em nosso meio para desvirtuar nossos anseios por uma sociedade inclusiva, verdadeiramente para todos, onde nesse todos ninguém seja deixado de fora.

Essa nova lógica pode parecer estranha e difícil de compreender aos que analisam os eventos com os olhos enviesados da história passada, sem o

⁵ http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm

vislumbre de uma sociedade presente, em que todos somos diferentes, portanto estando na diferença a essência que nos define como cidadãos brasileiros, como cidadãos do mundo, como pessoas humanas.

Para nós, isso é plenamente compreendido e aceitável, como aceitável é estarmos nas ruas para reivindicar uma sociedade para todos, sem que aqueles partidos, sindicatos e políticos encarquilhados se nos estejam nos calcanhares, ou sugando nossos esforços para destes fazerem bandeiras propagandistas daqueles.

Com efeito, as manifestações rejeitaram a participação de partidos e grupos que queriam beneficiar-se politicamente da reivindicação social brasileira, demonstrando quanto esses partidos estão destituídos de representatividade e de representantes da população brasileira.

E isso é reflexo de a sociedade brasileira entender que os atuais dirigentes políticos não lutam por uma sociedade inclusiva. E a inclusão, diferentemente do discurso político, é uma prática, não uma fala, um discurso cheio de frases de efeito e promessas que não serão cumpridas (Lima, 2011).

As manifestações de junho de 2013, diferentemente de manifestações nacionais anteriores, como “Diretas Já” e “Fora Collor”, tiveram origem, nutriram-se e eclodiram da indignação popular, porém sem a influência, condução, controle e interesse deste ou daquele partido político, sindicato e mídia.

Em outras palavras, as manifestações tiveram como ânimo o sentimento de indignação, e o anseio por transformação. O primeiro foi o líder, o segundo estabeleceu a pauta. Ambos orientaram os passos dos brasileiros nas ruas, pois esses são os quesitos básicos de uma sociedade inclusiva.

Certamente eu poderia desvelar vários outros aspectos da inclusão social que permeiam as manifestações, a legitimidade delas e a natureza esperada de um movimento. Em outras palavras, o líder das manifestações de junho não é outro que o sentimento flutuante chamado indignação; e a pauta não é outra que o anseio pelo respeito, garantia e aplicação imediata dos recursos financeiros e humanos na educação, na saúde e na segurança dos Brasileiros.

Não obstante, tanto esse líder como sua pauta foram pelo menos inicialmente ignorados, desconsiderados.

A mídia, porta-voz das leituras ultrapassadas e mercantilistas que visavam a publicidade do futebol, a lavagem cerebral dos cidadãos Brasileiros para o consumo do produto futebolístico, de plano, anunciou o movimento

social brasileiro como sendo uma ação de poucos vândalos, como sendo uma manifestação política contra o PSDB e como sendo algo passageiro que alguns queriam fazer, apenas para mostrarem-se nas câmeras do mundo que vinha acompanhar o “Brasil do Futebol”. Ela estava errada!

O movimento era de Brasileiros indignados contra os bilhões que foram retirados da educação, da saúde, da segurança, do transporte, da moradia etc. para serem aplicados nos bolsos de empresários brasileiros e estrangeiros ávidos por sugar o sangue de nossos cidadãos, deixando-os com as contas para pagar, como certo parasita que retira de seu hospedeiro o que ele tem de vida, para, depois de o matar, buscar outro hospedeiro.

Depois, a mídia percebeu que o movimento era muito maior que uma manifestação por transporte público com menor tarifa, “não é por centavos, é por direitos”.

Então, a mídia, em particular as de grande porte, com vertentes em TV e rádio, começou a desmerecer o movimento, dizendo que os participantes das manifestações nem sabiam o que queriam (não tinham uma pauta), que, nas ruas, nem sabiam para onde ir ou a quem seguir (não tinham líderes). Estavam novamente errados!

A sociedade brasileira seguia o sentimento de indignação (líder) contra a falta de responsividade a seus anseios de pessoas humanas dotadas de direitos humanos fundamentais, educação, saúde, moradia, trabalho etc (sua pauta).

A sociedade brasileira também sabia para onde ir: para as ruas, para as redes sociais, para frente dos prédios que acolhem os “chamados representantes”, os políticos que recebem os salários que nós pagamos com nossos impostos. E sabia qual era a pauta de reivindicações: imediata aplicação de recursos financeiros e humanos na educação, saúde e segurança etc. E essa pauta não é negociável. Ela deve ser cumprida pelos governantes, sob pena de os manifestantes estarem nas ruas, cada vez mais, como expressava um dos cartazes exibidos: “Para cada centavo que tirem da saúde, segurança e educação, nas ruas seremos 1 milhão!”

A propósito dos cartazes e da cobertura que a mídia fez/está fazendo das manifestações, ela, depois de perceber que errava novamente na linha editorial que conduzia a respeito das manifestações (talvez sob o pedido dos governantes, inclusive da Presidenta), passou a enfatizar que o movimento era pacífico (e sempre foi mesmo). Apenas a mídia não queria mostrar isso, e passou, porém, a mostrar os atos de vandalismo dos eventos, num discurso, por de trás do discurso, estratégia já bem conhecida pela população. Esta, não

deixou de sair para as ruas, temendo que poderia ser agredidas por militares aos milhares, ou por vândalos às unidades.

Aliás, quem diria que a polícia, Paulista, Carioca e de outros Estados, tinham tantos militares como apareceram para conter as manifestações contra a impunidade desses governantes e bandas podres de polícia e políticos?

O Executivo destinou polícia suficiente para fazer uma guerra, gastando milhões, quando os morros continuam sendo dominados por bandidos, certas Câmaras e partes do Congresso, Prefeituras e Governos municipais, Estaduais e Federal também.

O tempo todo se falava que a Inteligência da Polícia estava atuando. Deveriam estar para encontrar os traficantes de armas, drogas e de crianças e mulheres, em lugar de quererem intimidar a população brasileira com discursos militarescos.

Ocorre que nós, sociedade brasileira, não mais nos curvamos a esse tipo de inteligência da Polícia. Ela não mais funciona para calar o povo, quando o povo tem a liberdade das redes sociais. E, engana-se aquele que achar que o conceito de redes sociais se restringe à internet. Isso foi passado. As redes sociais também se desenvolvem fisicamente nas ruas.

E tudo isso ocorrendo e a mídia, rádio e televisão divulgando. E tudo isso ocorrendo e as pessoas com deficiência sendo tratadas como meios cidadãos, como meios consumidores dos produtos noticiários nessas mídias e outras.

As cenas eram mostradas em televisões e estampadas nos jornais, mas nada de serem descritas. Alguns cartazes eram mostrados (poucos, pois isso não era de interesse das mídias e de quem as controlam), e na maioria das vezes seu conteúdo não era lido, nem mesmo no rádio.

A falta de acessibilidade comunicacional imperou todo o tempo. As pessoas com deficiência visual não sabem quanto perderam de informação e as que sabem, perderam do mesmo jeito. Ficaram sem as informações do sentimento que era traduzido nesses cartazes; ficaram alijadas do direito de concordarem ou discordarem do que estava ali escrito etc.

As imagens mostradas eram seguidas de expressões meramente desclassificadoras dos atos, sem dar ao espectador com deficiência visual o direito de decidir por si só se a cena era de agressão ou de defesa, se era de indignação ou desafio etc.

A diretriz *mater* da áudio-descrição, “descreva o que você vê”, era meramente trocado por “ouça o que eu acho”, dos âncoras e jornalistas que erravam nomes e dados do que estavam mostrando.

Um aluno de jornalismo que tivesse deficiência visual ficou parcialmente alijado da aprendizagem que poderia ter de como fazer, ou não fazer, matérias ao vivo etc. Falas do tipo: “Estão quebrando as placas”, com a imagem da tela mostrando uma placa intacta e muito mais eram apresentadas e as pessoas com deficiência visual estavam fora de tudo isso, entendendo o movimento social, sendo partícipe dele, mas não tendo respeitado seu direito de o ver na TV, ou nas fotos de jornais e outras mídias na internet.

Dia primeiro de Julho de 2013, passam a ser obrigatórias 4 horas semanais de áudio-descrição na TV. A lei será cumprida? A áudio-descrição será empoderativa ou apenas teremos alguém fazendo a locução de algum texto narrativo do que alguém acha que viu, pensa que viu e com as inferências e opiniões de que acha que áudio-descreveu?

Áudio-descrição é um direito à acessibilidade comunicacional, é direito de Fraternidade na forma de Nossa Constituição e não vamos, os cidadãos brasileiros com deficiência, pedir por ela, vamos exigir! A indignação contra a falta de acessibilidade é o líder das pessoas com deficiência, a quebra imediata das barreiras comunicacionais, atitudinais e físicas é a pauta inegociável.

Hoje, mais do que nunca a população brasileira descobriu que não precisa de maus políticos para os representar em suas reivindicações. Juntos somos fortes e somos brasileiros. Essa descrição basta para dizer que nós, as pessoas com deficiência, não aceitamos áudio-descrição pela metade, acessibilidade pela metade. Não somos cidadãos pela metade e nossos votos não valem apenas a metade. Eles valem 45 milhões de votos.

E, se não entenderem isso, entendam que: “Para Cada Centavo Que Tirarem da Saúde, Segurança, acessibilidade e Educação, Nas Ruas seremos 1 Milhão!”

“NÃO É POR CENTAVOS, É POR DIREITOS!”

Referências

BLOG DA AUDIODESCRIÇÃO. Disponível em: <http://www.blogdaaudiodescricao.com.br/>.

Diretrizes para Áudio-descrição e Código de Conduta Profissional para áudio-descritores Baseados no Treinamento e Capacitação de Áudio-descritores e Formadores dos Estados Unidos 2007-2008. Trad. VIEIRA, Paulo André de Melo. In: **Revista Brasileira de Tradução Visual (RBTV)** 2010, VOL. 4. Disponível em <http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br> . Acesso: 20 de maio de 2013.

LIMA, F. J. O Que é a Áudio-Descrição e Quem a Utiliza. **Revista Brasileira de Tradução Visual (RBTV)**, 2010. Disponível em <http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/>

LIMA, Francisco José. Ética e inclusão: o status da diferença. In: MARTINS, Lúcia A.R, PIRES, José, PIRES, Gláucia. N L. e MELO , Francisco R.L.V. **Inclusão: Compartilhando saberes**. São Paulo: Editora Vozes, 2011.

LIMA, F.J. Introdução aos estudos do roteiro para áudio-descrição: Sugestões para a construção de um script anotado. *Revista Brasileira de Tradução Visual (RBTV)*, 2011c. Vol. 7. Disponível em < <http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/>.

LIMA, Francisco José, e LIMA, Rosângela a. Ferreira. Lições basilares para a formação do áudio-descritor empoderativo. **Revista Brasileira de Tradução Visual (RBTV)**, vol. 11. 2012. Disponível em <http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br>.

LIMA, Francisco José de; LIMA, R.A.F., VIEIRA, P. A. M. O Traço de União da Áudio-descrição: Versos e Controvérsias, Vol. 1. **Revista Brasileira de Tradução Visual (RBTV)** 2009. Disponível em <http://www.rbtv.associadosdainclusao.com> . Acesso: 20 junho de 2013.

LIMA, F. J. ; LIMA, R. A.F., GUEDES, L. C. Em Defesa da Áudio-descrição: contribuições da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. Vol

LIMA, Rosângela Lima e LIMA, Francisco José. ÁUDIO-DESCRIÇÃO DA CAPA: “NÃO É POR CENTAVOS, É POR DIREITOS”. **Revista Brasileira de Tradução Visual**, Recife, nº15, jun 2013.

1. **Revista Brasileira de Tradução Visual** (RBTv) 2009. Disponível em < <http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/>.> Acesso: 20 de junho de 2013.

LIMA, Francisco J., GUEDES, Livia C; GUEDES, Marcelo C. Guedes . Áudio-descrição: orientações para uma prática sem barreiras atitudinais. **Revista Brasileira de Tradução Visual** (RBTv) 2010. Disponível em < <http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br>.

SEEMANN, Paulo Augusto Almeida; LIMA, Rosangela A. Ferreira e LIMA, Francisco José de. Áudio-descrição no Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa: um estudo morfológico. **Revista Brasileira de Tradução Visual** (RBTv) 2012, vol.13. Disponível em < <http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br>. Acesso: 14 maio 2013.

SNYDER, Joel. Áudio-descrição: uma ajuda para a literacia. **Revista Brasileira de Tradução Visual** (RBTv), 2011. Vol. 6. Disponível em < <http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/>.

TAVARES, Fabiana S. S.; BONA, Viviane de; SILVA, Andreza da Nóbrega Arruda; CARVALHO, Isis Carvalho; SILVA, Elisangela Viana da. Reflexões sobre o pilar da áudio-descrição: “descreva o que você vê”. **Revista Brasileira de Tradução Visual** (RBTv), 2010. Vol. 4. Disponível em < <http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/>.

LIMA, Rosângela Lima e LIMA, Francisco José. ÁUDIO-DESCRIÇÃO DA CAPA: “NÃO É POR CENTAVOS, É POR DIREITOS”. **Revista Brasileira de Tradução Visual**, Recife, nº15, jun 2013.